

PATRIMÔNIO CULTURAL E MUDANÇA SOCIAL: IMAGENS, NARRATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Jovanka Baracuchy Cavalcanti Scocuglia

A partir das duas últimas décadas do século XX, em várias cidades do mundo, vem sendo desencadeados processos de requalificação de áreas urbanas degradadas e/ou abandonadas promovendo reutilizações do patrimônio cultural, bem como dos recursos ambientais e paisagísticos. Estas experiências recorrem aos símbolos representativos dos primórdios da formação das cidades ou de um *saber fazer*, de práticas ligadas à tradição e à memória coletiva, valores como convivialidade, centralidade e historicidade. Em geral, são processos que procuram atrair novos usos dos espaços na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico, bem como o potencial arquitetônico e urbanístico destes bairros ou trechos urbanos antigos e/ou abandonados ao longo do tempo.

São intervenções urbanísticas que pressupõem um processo no qual as ações integradas se desenvolvem mediante um planejamento estratégico entre poder público, iniciativa privada e usuários. A idéia geral é que os resultados positivos realimentem o processo atraindo novos investidores, gerando outros projetos. Expressam, assim, um dilema central da cultura contemporânea entre preservar e consumir e, além disto, seus aspectos excludentes vêm encontrando resistência organizada da sociedade civil, em fóruns e associações não-governamentais como, por exemplo, em São Paulo, do Fórum Centro Vivo (2000) que reúne movimentos populares urbanos, pastorais, universidades e entidades de defesa dos direitos humanos, educação e cultura. São espaços geradores de trocas sócio-culturais, de lugares públicos de contestação e/ou reivindicação de direitos sociais, mas que também podem expressar aspectos de segregação sócio-espacial.

Adotados em maior ou menor escala em diversas cidades, ganharam destaque após as experiências norte-americanas e européias bem sucedidas, a exemplo das pioneiras em Baltimore, Londres, Barcelona, Lisboa, entre outras. Na América Latina, destacam-se *Puerto Madero* e o bairro de *La Boca*, em Buenos Aires bem como as operações renovadoras em Quito, no Equador. No Brasil, esse processo tem caracterizado diversos projetos como a reurbanização da *Praça 15 de Novembro* (Rio de Janeiro), o *Projeto Cores da Cidade* (Curitiba, Rio de Janeiro e Recife) e as experiências pioneiras no *Pelourinho* de Salvador, além de iniciativas diversas em cidades como Fortaleza, São Luís, Belém e João Pessoa, entre outras.

No Brasil, alguns dos primeiros centros urbanos alvos de ações de requalificação com vistas à preservação de seus valores culturais localizam-se na região Nordeste. São processos de requalificação que refletem várias das tendências que predominaram na América Latina como um todo e parte das européias (com adaptações locais) por influência dos imaginários das elites nacionais e das políticas, bem como dos investimentos dos organismos internacionais vinculados à preservação patrimonial. Destaco, a seguir, alguns desses processos no Brasil e interfaces com Europa e América Latina.

1 Imagens e narrativas globalizadas da requalificação urbana

A ação do poder público na área de requalificação de antigos bairros sob intervenção estatal direta teve início no Brasil na cidade de Salvador, em 1967, com a criação de uma fundação pública para recuperação dos bairros do Pelourinho e do Muciel: o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Resultou da recomendação da missão da UNESCO no Nordeste do Brasil, presidida pelo Inspetor Geral dos Monumentos da França, o arquiteto Michel Parent (GOMES, 1995). Este relatório foi, de fato, o embrião da valorização e destaque das cidades históricas e dos monumentos religiosos do Nordeste do Brasil em nível de muitas cidades barrocas européias (alguns dos exemplares mais representativos do barroco do Nordeste localizados, inclusive, em João Pessoa). Punha ainda o turismo como meio eficaz para conseguir os recursos necessários à conservação e restauração dos mesmos. O turismo cultural inspirado nas experiências européias era a palavra de ordem naquela época tanto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como na Organização dos Estados Americanos (OEA), conforme afirma Paulo O. Azevedo (2004) referindo-se ao encontro técnico realizado por estas entidades no Equador de onde saíram as Normas de Quito. Estas reuniões ficaram famosas na região por apontarem o turismo cultural como a solução para conservação dos monumentos e centros históricos, mas também para os graves problemas de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

No caso brasileiro, o relatório da UNESCO impactaria, sobretudo, os tecnocratas do Regime Militar iniciado em 1964 ao revelar as potencialidades turísticas das regiões mais pobres do Brasil enquanto uma saída para o desenvolvimento e promoção do suposto *Milagre Brasileiro*. Foi criado em 1973 o Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH) com ênfase no turismo cultural. Em 1977, o PCH foi estendido para outras regiões a exemplo de Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro sem um aumento correspondente dos recursos. Foi encerrado em definitivo em 1983, interrompendo a principal fonte de financiamento dos projetos na região Nordeste. A valorização e restauração de monumentos e a requalificação de centros históricos deixava de representar uma estratégia de desenvolvimento regional para se tornar um tema cultural.

Este modelo de desenvolvimento econômico regional baseado no turismo cultural não funcionou no Brasil e nem nos outros países latino-americanos. Entretanto, em todas as formas de atuação desta época houve efeitos visíveis sobre o turismo e a imagem do patrimônio cultural no sentido de ampliação do consumo simbólico e uma relativa dinamização artístico-cultural. Uma das razões dos fracassos destas políticas ou de avanços apenas parciais e/ou temporários teria sido imaginar que a introdução de uma nova atividade, o turismo, por si só, poderia mudar a dinâmica urbana local e o quadro de pobreza estrutural das regiões. Porém, outros fatores devem ser considerados, a exemplo da ausência de investimentos maciços e constantes da iniciativa privada, deficiências e inconstâncias nas ações dos poderes públicos variantes em função das conjunturas e da “sensibilidade” dos governantes/gestores. Em alguns casos, o excessivo paternalismo estatal gerou vícios na obtenção de benefícios por meio de subsídios impossíveis de serem mantidos. Em outros casos, a depender da região e da conjuntura política, da maior ou menor organização social, mas foi, sobretudo, o maior empecilho foi o não enfrentamento das questões sociais relativas ao trabalho e a moradia, marcantes em todas as cidades latino-americanas.

Nesse caminho, é preciso considerar o fato de que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o crescimento urbano no Brasil aconteceu de maneira intensa, caracterizada por um crescimento horizontal e adensamento vertical, enquanto os centros antigos começaram a perder posição e prestígio frente aos novos bairros mais sofisticados. E,

além disto, a crise econômica e institucional das décadas de 1980 e 1990 modificou o quadro em termos do planejamento urbano (MARICATO, 2001). Houve redução da capacidade de investimento das administrações municipais. Isto conduziu, em muitos casos, à necessidade de definição de estratégias econômicas viáveis em termos locais e a busca de estratégias semelhantes às grandes corporações privadas, identificando as potencialidades de desenvolvimento dos municípios.

Os poderes públicos estaduais e municipais, com apoio do governo federal, passaram a identificar, ao lado dos instrumentos legais de proteção, novos caminhos que pudessem assegurar a manutenção e a valorização dos centros históricos considerados de significativo valor cultural. A reintegração destes espaços ao cotidiano das cidades teria ainda um reforço com o reconhecimento da falência do modelo de expansão “periférico”, bem como da necessidade de adensar as cidades para aproveitar os recursos disponíveis, fossem eles referentes à infra-estrutura, transportes urbanos ou ocupação da área construída.

Nesse sentido, elaborou-se um *marketing* a exemplo do que tem acontecido na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1980, que se repetiu na América Latina nos anos 1990, procurando desenvolver características globais e reaproveitar as especificidades próprias da região (HARVEY, 1992). São exemplares os programas como os de Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e João Pessoa no Brasil. Estes programas foram na maioria concebidos como requalificação urbana, de iniciativa estadual ou municipal. Embora privilegiassem os centros históricos, buscavam e ainda buscam construir narrativas de valorização e comercialização da imagem da cidade como um todo e dos centros históricos como um dos elementos de destaque, no âmbito nacional e global, não apenas como lugar turístico, mas como lugar de oportunidades para negócios (DEBORD, 1997; AZEVEDO, 2004; JEUDY, 2005, GONDIM, 2007).

No caso latino-americano, o aparecimento destes programas está associado ainda aos financiamentos oferecidos por agências internacionais e nacionais de desenvolvimento. A partir de 1994, os financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começaram a estimular a renovação de centros históricos na região, como os projetos Prodetur e Monumenta do Brasil e a requalificação dos centros históricos de Quito, Montevideu e Buenos Aires.

Apesar dos objetivos destes projetos, no papel, não serem antagônicos aos da requalificação de antigos centros urbanos em seus aspectos sociais, na maioria das áreas que investiram, houve transferência de populações pobres (moradores de rua, prostitutas, trabalhadores informais) para bairros periféricos ou houve ameaças e exclusão dos benefícios da requalificação. Foram, em geral, operações de *gentrification* e de conversão dos antigos bairros em área de comércio, serviços e lazer, instalação de *shopping centers* e outros equipamentos voltados para consumo cultural. Os antigos centros se transformaram em cenários para a realização de espetáculos, shows destinados aos artistas visando atender a população de classes médias e aos turistas.

Embora sejam evidentes as mudanças recentes no modelo de intervenção nos centros históricos no Brasil, ainda mantêm-se alguns destes vícios como monopólio do turismo, o paternalismo com os proprietários e a exclusão dos antigos moradores e populações pobres. Em João Pessoa, por exemplo, bares e pequenos comerciantes que haviam se instalado nas áreas reabilitadas entre 1998-2002, abandonaram-na à medida que o poder público começou a solicitar contrapartidas, investimentos e conservação nos imóveis ocupados (SCOCUGLIA, 2004).

Tudo indica que os projetos de criação de enclaves turístico-comerciais cercados por bairros decadentes e favelas, não funciona e têm um custo de manutenção muito alto, não traz sustentabilidade e não provoca reações significativas e duradouras do setor

privado. Alguns casos colocam em xeque as teorias recentes da *gentrification* generalizada segundo as quais sob o efeito da globalização, as camadas populares seriam expulsas dos centros das cidades e substituídas pelas camadas médias. O Rio de Janeiro, por exemplo, e poderíamos citar também João Pessoa (cidade dita de Porte Médio), Salvador e Recife (metrópoles do Nordeste), certos bairros degradados como a Lapa foram objetos de requalificação e reinvestimentos traduzidos por intervenções públicas e pelo desenvolvimento de lugares de lazer especialmente noturnos, sem que isso impedisse a permanência da proximidade entre as favelas e os bairros alvos da *gentrification*. Uma *gentrification* para consumo convive, pelo menos nesses casos, com as transformações e evoluções completamente diferentes.

No Brasil, as atuações mais recentes, de 2003 a 2008, se destacam os programas de moradia para os antigos centros urbanos com financiamento habitacional da Caixa Econômica Federal por meio do Programa de Arredamento Residencial – PAR e os projetos vinculados ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que, em João Pessoa vêm sendo anunciados e indicando a remoção de 872 famílias residentes às margens do rio Sanhauá no bairro do Varadouro. É parte do *Projeto de Revitalização do Vale do Sanhauá* de requalificação do rio e suas margens, bem como implantação de um parque com dinâmica cultural e turística na área do antigo atracadouro, Porto do Capim, local onde aportaram os colonizadores em 1585.

O programa financiado pela Caixa Econômica Federal (PAR) estabelece critérios que inviabilizam o acesso aos imóveis pelas populações de mais baixa renda ao seguir exigências para as inscrições que indicam uma lógica de substituição por estratos sociais das camadas médias urbanas. Em outras palavras, se viabiliza a operação e se estimula o uso habitacional, mas para populações com nível econômico mais elevado e/ou com um perfil diferenciado, em geral artistas, jovens casais sem filhos e jovens recém-formados, em ascensão profissional. A massificação do uso do solo tipo “mini-apartamento” aparece como solução em termos arquitetônicos e, sem dúvida, mostra alguns avanços nos processos com relação à dinâmica anteriormente desenvolvida nas cidades brasileiras, mas não estão sendo resolvidos, nem enfrentados ainda os problemas sociais, além de haver, de certa forma a manutenção do caráter de “exclusão” social.

Estas análises apontam para a necessidade de se questionar os resultados dos novos processos de intervenção urbana, do ponto de vista dos seus beneficiários, sobretudo quando se observa nos discursos em prol dos novos projetos uma tendência a apresentarem os interesses envolvidos como se fossem consensuais, interesses “da cidade”. Reifica-se uma realidade complexa, cuja marca é a diversidade e a heterogeneidade, como já afirmavam os estudiosos da Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX.

Com efeito, no atual contexto da globalização econômica, o que se observa é a exacerbação das diferenças sociais na medida em que escasseiam os empregos no setor formal e aumenta a concentração de renda (SASSEN, 1994). No Brasil e em países chamados “emergentes”, políticas atreladas ao sistema financeiro internacional agravaram a exclusão social, o que se manifesta na maior visibilidade da pobreza nas áreas urbanas (população de rua, aumento do número de favelas) e no aumento dos indicadores de violência, entre outras. Neste contexto, a requalificação é apresentada como instrumento para dinamizar a economia das cidades, gerando emprego e renda, bem como elemento propiciador da recuperação do espaço público, em benefício dos direitos de cidadania.

Entretanto, a relação entre o acesso a esses direitos e a deterioração ou mesmo eliminação de espaços abertos à convivência com a diversidade e a desigualdade tornou-

se uma questão complexa nas cidades contemporâneas. Há evidências de que a exclusão social e a violência são fatores que contribuem para a privatização das áreas de convivência coletiva, como mostrou Caldeira (2000). A questão torna-se mais complexa na medida em que se evidenciam também formas de organização em fóruns e associações civis para defesa da manutenção dos antigos moradores e para discussões dos problemas ligados às especificidades de cada localidade.

2 A experiência do bairro do Varadouro em João Pessoa

No caso da cidade de João Pessoa¹, os anos 1980 evidenciaram a deterioração do centro da cidade e um acentuado processo de segregação espacial, pelo qual os pobres, cada vez mais, tenderam a residir em periferias longínquas e precariamente equipadas ou no perímetro das áreas centrais. Enquanto os bairros da orla marítima e adjacências passaram a concentrar moradias de classe média e alta, juntamente com comércio e serviços modernos. Estes, sobretudo na presente década, tendem a se concentrar em *shoppings centers*, que passaram a se constituir, também, como centros de lazer. Novas centralidades urbanas proliferaram enquanto o antigo centro perdeu sua importância comercial e residencial.

Um processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa foi iniciado em 1987 mediante Convênio Brasil/Espanha de Cooperação Internacional, mas apenas em finais dos anos 1990 ocorreu um movimento mais articulado entre população local, poder público e iniciativa privada no sentido da revalorização do patrimônio cultural local (estes últimos, sobretudo, a partir dos recursos voltados para o turismo advindos de agentes financeiros internacionais, do BID e do Prodetur/NE)².

As pesquisas indicam a criação e recriação de usos e sociabilidades nos espaços de lazer e de cultura que se estruturaram a partir do período entre 1997-2002, marcado pelas obras, em especial, na Praça Antenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, pela dinamização cultural destas áreas públicas e por um retorno das camadas médias e da elite local (estudantes, profissionais liberais, artistas, etc.) ao antigo centro da cidade, não promoveram a expulsão dos moradores das favelas e habitações precárias nas proximidades e ao contrário, em certos casos, deram visibilidade aos problemas enfrentados pela população estigmatizada que vive às margens do rio Sanhauá, mas também à margem da cidade formal, do trabalho e da educação de qualidade.

Deste prisma, destacam-se no processo de requalificação do centro histórico de João Pessoa, em especial dos trechos reabilitados e em processo de requalificação no bairro do Varadouro, sociabilidades diversificadas na formação de fóruns, associações e organizações não-governamentais, bem como atividades culturais nos espaços de lazer e

¹ Apesar de possuir exemplares da arquitetura militar, civil e religiosa que remontam aos primórdios das vilas e cidades brasileiras, as áreas alvos das intervenções da década de 1990 foram a Praça Antenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, cujo entorno é marcado por conjuntos urbanos ecléticos do início do século XX e por influências européias art nouveau e o art déco.

² O Prodetur-NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro foi implantado em 1992 por iniciativa federal, junto aos governos estaduais, visando financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Para isto foi obtido um crédito especial do governo federal, no BNDES, para a iniciativa privada que quisesse investir no setor. A estratégia do Prodetur se fundamenta, pelos menos no discurso, no tripé: iniciativa privada, governo e população. Esta política de turismo como fator de desenvolvimento teve início no Brasil com a implantação do Plantur – Plano Nacional de Turismo (1992), cujo fundamento era a diversificação geográfica da infra-estrutura concentrada no Sul e no Sudeste. A redistribuição se daria através de pólos de desenvolvimento integrados, em novas áreas, associadas à expansão de infra-estrutura, estradas, aeroportos, etc.

diversão, festas populares, bares etc. como espaços nos quais se intensificaram as possibilidades de trocas, de aproximações e de reconhecimento das diferenças. A consciência da existência de um “centro histórico” na cidade de João Pessoa ampliou-se neste contexto de finais do século XX aliada às estratégias de *marketing* turístico do poder público, seguindo o modelo do *Recife Antigo* e tentando construir uma nova imagem da cidade.

Quatro anos após o início de experiências de grande repercussão nacional como a Operação Pelourinho, em Salvador, e o Projeto de requalificação do Recife Antigo, o Jornal Correio da Paraíba, de 08 de março de 1997, destacava “A vez de João Pessoa” e afirmava que o poder municipal queria “repetir a mesma façanha de Recife, cujo centro histórico foi inteiramente revitalizado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada”. Intensificavam-se as notícias nos principais jornais da capital paraibana sobre a revitalização do centro histórico. Tal fato demonstrava interesse crescente dos intelectuais, do Estado, da opinião pública e da mídia sobre o tema.

Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar as fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre órgãos públicos e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Antenor Navarro, já que as edificações não foram desapropriadas, mas apenas negociados os aluguéis com mediação dos órgãos de patrimônio e gestores do poder público municipal e estadual. O sistema de parcerias foi o primeiro passo para a operacionalização do Projeto de Revitalização da Praça Antenor Navarro marcado também pela tentativa de recriação da imagem do patrimônio histórico da cidade de João Pessoa.

Firmou-se, assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à idéia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural³. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para consumo cultural e turístico.

Uma reportagem do Jornal *A União*, de 02 de novembro de 1997 destacava:

O centro histórico pessoense está passando por uma grande cirurgia plástica para voltar a ter a cara de quando a cidade estava começando a crescer. Antigos prédios transformados em ruínas estão sendo recuperados para dar lugar a novas formas de exploração da chamada Cidade Antiga. (...) As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, terão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o Projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área (...).

Antevia-se a valorização das potencialidades da área como um “centro cultural e lanterninha da rota turística do estado” (Jornal *O Norte*, 30/03/1997). As festas juninas,

³ Dentro do programa de atração de novas atividades econômicas, após as obras de revitalização, foram implantados na Praça Antenor Navarro, nos seus antigos imóveis, bares (Parahyba Café e Engenho do Chopp), lojas de artesanato e design (Mixtura Filipéia), galerias de arte e atelier de artistas plásticos, a Funjope, a Secretaria de Turismo do Município e o Memorial da Justiça do Trabalho. No Largo foram implantados: antiquário (Dodge Antiguidades), uma associação cultural (Associação Folia de Rua), um escritório de consultoria, uma editora, um escritório do Programa Empreendedor Cultural do SEBRAE, produtora de vídeos e boate (Intoca).

as prévias carnavalescas, os lançamentos de livros, shows, festivais de cultura popular, o *Auto de Deus*, entre outras, delinearão formas de usos desses lugares. O casario reformado da Praça Antenor Navarro transformou-a num agitado “ponto de encontro” e diversão por onde circulavam políticos, escritores, intelectuais, artistas, estudantes, em principal, numa praça iluminada e ao som de um burburinho de vozes e música (jazz, MPB, música instrumental). Reforçava-se a impressão cenográfica da revitalização, cujo impacto passou a ser um enorme contraste social com a letargia do resto do bairro do Varadouro.

Paralelamente a essa maior visibilidade, implantou-se um processo de publicidade do centro histórico, incentivado até mesmo pela intensificação do ato de circular e de conhecer, vivenciar as qualidades, mas também os problemas daquela área e da população moradora. Tornava-se público ainda o descaso das autoridades locais com a poluição do rio Sanhauá, agravada pela presença do Lixão do Roger ⁴ e pelas precárias condições de vida das pessoas residentes na comunidade Porto do Capim.

Desse modo expressaram-se, desde o início das intervenções mais recentes no antigo centro de João Pessoa, as ambigüidades específicas de uma experiência que transformou em lugar de consumo e lazer uma praça abandonada e degradada, transformada na imagem do que hoje se conhece popularmente como sendo o “centro histórico de João Pessoa”. Porém, não conseguiu “revitalizar” o patrimônio urbano no sentido de que não foi totalmente eliminada a imagem que a caracterizava. A imagem cenográfica teria pouca duração, “o palco” sobre a praça seria desmontado gradativamente após os dois primeiros anos de inauguração da Praça Antenor Navarro, permanecendo algumas atividades esporádicas, bares e *ateliers*. Entretanto, a associação da Praça Antenor Navarro com o centro histórico da cidade continua a permear o imaginário da população local.

Parece-me importante frisar que os símbolos da nova vida no centro histórico não estavam presentes apenas nos bares e eventos culturais diversificados no final dos anos 1990 e início do século XXI mostrados nas imagens desenvolvidas pelo *marketing*, mas também nas formas de interações sociais e ações espontâneas, associativas e reabilitadoras, em especial, nas ações criadas por associações civis sem fins lucrativos, vinculando patrimônio cultural, arte e educação.

2 Educação patrimonial e memória – outras narrativas e usos do patrimônio cultural em João Pessoa

A Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, criada em 1991, como suporte legal para o funcionamento da *Escuela-Taller* de João Pessoa, num convênio entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Foi implantada como parte do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987) e faz parte da história do *Programa de Escuelas - Taller* ⁵ em nível internacional. Os trabalhos

⁴ Depósito de lixo da cidade localizado há 40 anos nas margens do rio Sanhauá e que só após a dinamização cultural do centro histórico, em fins dos anos 1990, aliada as pressões dos grupos que ali circulam, foi transferido para um aterro sanitário e em seu lugar construído um parque ecológico.

⁵ O programa de Escuelas-Taller vinha sendo desenvolvido na Espanha pelo Ministério do Trabalho desde 1986, voltado para adolescentes e jovens que apresentavam situações de risco pessoal e social. Em 1990 havia várias escolas desse tipo só na Espanha, ensinando os ofícios da restauração e preservação do patrimônio histórico natural e construído. Foi quando se firmou um convênio de colaboração entre o Instituto Nacional de Empleo – INEM e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI para expansão desse programa de Escuelas-Taller em países da Ibero-América. A Oficina-Escola de João

centrados no objetivo e na filosofia de “aprender fazendo” utilizam a prática cotidiana e o “saber-fazer” como fios que tecem a experiência educacional, pessoal e social dos jovens, professores e instrutores. Em 1995, a Oficina-Escola ganhou sede própria no prédio da antiga *Fábrica de Vinhos Tito Silva*. A restauração e o uso da antiga fábrica (tombada pelo patrimônio nacional na década de 1980) é um exemplo do “saber-fazer” e da criatividade e diversidade regionais, da cultura material e imaterial.

Nesse período, o extinto Pró - Memória (atual IPHAN) havia demitido os profissionais que atuavam na execução das obras de restauração (pedreiros, marceneiros, carpinteiros etc.), já que o órgão passara a exercer apenas funções de fiscalização. A equipe recém-formada da Oficina-Escola incorporou, no projeto, quatro desses profissionais para exercerem funções de professores – instrutores nos ofícios ligados diretamente à construção civil. Passaram, assim, a ser parte importante do Projeto de Revitalização e instrumento de formação de mão-de-obra especializada para suprir as necessidades operacionais da revitalização, até então executadas por empresas privadas. A partir de meados da década de 1990, foram entregues as principais obras restauradas pelos alunos das primeiras turmas da Oficina-Escola.

A Oficina-Escola continua a atuar na capacitação de jovens de baixa renda para intervir fisicamente nos monumentos e áreas urbanas do centro histórico de João Pessoa, visando à sua absorção pelo mercado da construção civil. Inicialmente, trabalhava-se com jovens de 16 a 24 anos, mas, na seqüência da experiência, esse critério foi alterado, passando-se a selecionar maiores de 18 anos (por questões de ordem trabalhista e de segurança do trabalho). Além de bolsas de estudo (correspondentes a um salário mínimo), os alunos da Oficina-Escola de João Pessoa têm acesso à educação, alimentação, fardamento, vale-transporte, assistência médica e psicológica, orientação profissional e recebem estímulos à auto-estima a partir da segurança adquirida por ofícios milenares.

Para manter estas atividades, a coordenação, os professores e alunos desenvolveram táticas frente à realidade social de pobreza na Paraíba, bem como frente às pressões das instituições financiadoras. As interações sociais e os conhecimentos adquiridos na experiência cotidiana de trabalho representam tentativas de inclusão social baseadas na relação entre patrimônio cultural e cidadania.

3 Formas de participação, mobilização e usos da memória urbana

Em 2000, após a conclusão das obras da Praça e do Largo e frente a certo retraimento da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado com relação às obras de revitalização e dinamização cultural, formou-se o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de João Pessoa. Dele resultou a Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo e o *Workshop Construindo o Futuro*, reunindo intelectuais, comerciantes, moradores, alguns políticos locais. Instituiu-se uma reunião pública semanal no antigo Hotel Globo, onde travaram as principais discussões e decisões relativas ao tema. Iniciava-se a constituição de um espaço de reivindicação da população aos poderes públicos locais. Cobrava-se vontade política, interesse pelos problemas da área e continuidade na dinamização cultural.

Pessoa foi a segunda mais antiga do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-Ámerica e a primeira no Brasil, seguida em 1996 pela criação da Oficina-Escola de Salvador.

O Projeto Folia Cidadã⁶, por sua vez, surgiu em 2001, como parte da Associação Folia de Rua – uma associação criada a partir do movimento de artistas e moradores do bairro de Miramar no sentido de fazerem um resgate do carnaval de rua na cidade⁷. O Projeto Folia Cidadã voltou-se para a população de crianças e adolescentes pobres da comunidade Porto do Capim, trabalhando a relação arte e educação por meio de oficinas de percussão criativa, técnica vocal, artes plástico-cênicas, oficina de fabricação e reciclagem de papel, além do curso de *Anfitrião Mirim*⁸. Todas as ações da entidade têm como eixo central a tradição cultural do carnaval de rua.

Este projeto representava, assim, uma ação dos próprios consumidores e usuários diante da situação precária de vida das crianças, no sentido de incentivar a permanência da população pobre do centro histórico/Porto do Capim e o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria de vida. Iniciava-se, em torno do centro histórico, uma politização do debate acerca das reivindicações sobre direitos culturais e pertencimento à cidade. A Acehrvo e, depois, a Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã, não apenas se tornaram as principais interlocutoras dos anseios da população do bairro, como também passaram a ser reconhecidas como indícios de que a população organizada poderia influenciar para garantir a continuidade e abrangência do processo de requalificação.

Com efeito, as ações da Acehrvo e do Projeto Folia Cidadã, como também as festas, shows, festivais etc., atividades culturais promovidas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado da Paraíba nas áreas revitalizadas se traduziram em esforços no sentido de transformar o Varadouro em um local onde se pode ter contato com a cultura popular paraibana. Mais do que isso, o vínculo entre patrimônio edificado e as expressões imateriais da cultura configuraram uma tentativa de (re) localização e de afirmação de uma tradição através da qual se buscava reinventar a centralidade de um espaço da cidade.

Apesar do discurso de inclusão dos moradores da favela no processo de revitalização em curso no bairro do Varadouro, por parte dos agentes culturais, das associações e do poder público, percebia-se a forma como operavam as categorias conflituosas de interação, onde as faces invisíveis da exclusão ganhavam forma. Deste modo, durante o dia, as ações do Projeto Folia Cidadã significavam uma tentativa de inclusão dessa população pobre no processo de revitalização com um trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes do Porto do Capim. Durante a noite, as calçadas iluminadas e enobrecidas, e até mesmo o gosto musical dos frequentadores demarcava fronteiras e usos segregados da Praça Antenor Navarro e do Largo de São

⁶ O Projeto Folia Cidadã obteve o apoio do Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet (Lei nº. 8.313/91), com vistas à captação de recursos junto às empresas privadas. Entretanto, a parceria mais importante foi firmada com o Instituto Ayrton Senna que o inseriu entre os dezesseis projetos nacionais escolhidos no Brasil para fazerem parte de uma experiência intitulada Cidadão 21 Arte. Os objetivos desse último foram inspirados no conteúdo do art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.691/90) com ênfase voltada para a formação continuada de crianças e de adolescentes.

⁷ As “Muriçocas do Miramar” envolvem mais de 200.000 pessoas nas festividades da quarta-feira que antecede a semana de Carnaval.

⁸ Esse projeto representou uma parceria da Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã com a Secretaria de Turismo de João Pessoa, entre outubro e dezembro de 2001, atendendo a vinte adolescentes numa programação envolvendo aulas sobre história da Paraíba, conduta turística, informações turísticas e monumentos históricos. Após essa primeira etapa, quinze adolescentes ficaram aguardando providências por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa/Setur no sentido de passarem à segunda etapa do curso, ou seja, à parte prática. Poderiam, então, atuar nos principais pontos turísticos, recebendo uma bolsa de incentivo, da ordem de 60% do valor do salário mínimo. Teria sido uma oportunidade para, através da memória inscrita no patrimônio cultural, desenvolver a responsabilidade da conservação naqueles que habitam o centro. Entretanto, o projeto foi abandonado.

Frei Pedro Gonçalves. As representações que os usuários faziam de si e dos outros estavam fortemente marcadas pelas possibilidades de acesso a padrões culturais de consumo, cujos limites se definiam a partir da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas as antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do bairro.

Já as prévias carnavalescas e a festa do São João, com o concurso de quadrilhas, passaram a contar com a participação de uma população mais diversificada da cidade como um todo. Nesses grandes eventos, milhares de pessoas circulavam pelo bairro, em seus becos, ladeiras, praças e largos, de maneira indiscriminada. E até mesmo os moradores do Porto do Capim começaram a ocupar os espaços da Praça Antenor Navarro com comércio ambulante, configurando-se como um exemplo de insurreição pelo uso dos moradores pobres do bairro do Varadouro e imediações.

Reabilitada, a área transformou-se no principal ponto de encontro e de diversão noturna do Centro Histórico de João Pessoa. Casario restaurado, esquema de segurança, presença de pessoas da classe média etc. Tudo apontava para a *gentrification* da área. Essa nova imagem da Praça e do Largo tornava ainda mais visível, pelo efeito contrastante, o abandono e a degradação das demais áreas do Varadouro (SCOCUGLIA, 2004).

No entanto, a festa e a efervescência cultural, nos moldes pretendidos, não duraram muito e cerca de quatro anos depois, a área começou a dar sinais de estagnação. O poder público municipal reduziu consideravelmente sua participação no processo de requalificação. Os eventos culturais foram deixados a cargo da iniciativa privada, basicamente dos donos de bares e boates que haviam se instalado no local, e dos artistas locais que se interessavam na animação cultural do lugar. Além disso, a Prefeitura também deixou de assegurar uma infra-estrutura e de serviços urbanos em condições que fossem satisfatórias a permanência dos novos usos do local.

Sem programação cultural, em meio à escuridão e sem segurança pública, o público-alvo do lugar afastou-se. Também a especulação imobiliária, com a subida dos aluguéis dos prédios, promoveu o afastamento dos investidores, inclusive os donos de bares e boates que já estavam estabelecidos no local. Prédios ocupados com bares e boates foram fechados. O quadro foi agravado, quando o mais conhecido e freqüentado bar da área revitalizada – o Parahyba-Café – deixou a Praça Antenor Navarro. Entre 2002 e 2005, a Praça Antenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves atravessaram um período de estagnação, com alguns prédios fechados e sem programação cultural nenhuma.

Atualmente, os bares e boates já não caracterizam o lugar, como ocorria anteriormente, quando estava no auge (entre 1998-2002). Outros tipos de atividades tem se estabelecido na área, como galerias de arte, ONGs, institutos de pesquisa, gabinete cultural etc.

Em que pese os inúmeros problemas, algumas tentativas para recuperar o dinamismo e o prestígio que sempre caracterizou, não somente o centro histórico, mas toda a região central tem sido realizadas, inclusive fora do âmbito institucional do Projeto de Revitalização objeto de Convênio Brasil/Espanha. Algumas ações partem da iniciativa privada (implantação do Shopping Tambiá, em 2003), mas a maioria é oriunda do poder público, notadamente da Prefeitura Municipal.

4 Ações e limites da requalificação no centro antigo de João Pessoa

Nos últimos dois anos, observa-se a retomada do interesse público pela região central e, neste processo, o surgimento de novas propostas e novos atores sociais. Novos

empreendimentos vêm sendo planejados e outros realizados, tais como: a reestruturação do Terminal de Transportes Coletivos Urbanos (2006), conhecido como “terminal de integração”, a revitalização das Praças Pedro Américo e Aristides Lobo (2007), Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva (obras em andamento, 2009), a reestruturação do Mercado Público Central (obra em andamento, 2009), a restauração da Igreja da Misericórdia (2007), além da implantação do Centro de Comércio e Serviços do Varadouro (numa parceria entre a Prefeitura Municipal e o Grupo Pão de Açúcar, ainda em fase de projeto).

As atenções e as expectativas em torno das ações que dão continuidade ao processo de revitalização do Centro Histórico estão voltadas para o Programa Moradouro e o Projeto de Requalificação do Antigo Porto do Capim, ambos lançados em 2007 e ainda em processo de licitação.

O Programa Moradouro, criado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa em parceria com a Caixa Econômica Federal, inicialmente, concentrará suas ações na restauração e requalificação de sete imóveis, localizados à Rua João Suassuna, no bairro do Varadouro. Estes casarões serão transformados em trinta e cinco apartamentos, com cada um dos imóveis abrigando cinco apartamentos. A compra desses imóveis será financiada pela própria Caixa Econômica Federal e o comprador terá um prazo de quinze anos para pagar. A área construída de cada apartamento mede entre 52 a 68 metros quadrados com dois quartos, sala única, cozinha, área de serviço e banheiro. Em cinco dos sete casarões, os apartamentos terão suíte. A prestação será R\$ 260,00, que representa 0,7% do valor total do imóvel (aproximadamente 35 mil reais), e deverá ser paga durante um período de 15 anos, segundo as regras do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Toda a obra está orçada em R\$ 1.242.500,00 – recursos do Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal (CEF) – mais uma contrapartida da Prefeitura de João Pessoa⁹.

A obra está avaliada em cerca de R\$ 1.242.500,00 e os recursos virão do PAR (Programa de Arrendamento Residencial), com a contrapartida da Prefeitura Municipal, que entrou com os imóveis, o projeto de restauração e reforma e o processo de seleção. Os pretendentes deverão preencher alguns requisitos como: não ter financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH); ser maior de 18 anos ou emancipado; ter no máximo 65 anos de idade incompletos; não ter contrato anterior de arrendamento rescindido por inadimplência ou outra falta contratual; não ter pendência no Serviço de Proteção ao Crédito ou Serasa; renda mensal entre R\$ 900,00 e R\$ 2.100,00 (podendo ser a renda familiar); ter ciência de que habitará uma área onde sempre haverá shows e festas e de que os prédios não possuem garagem. Uma vez preenchidos esses requisitos, a preferência será dada aos artistas ou pessoas que trabalham no Centro da cidade. Embora a reforma dos prédios ainda não tenha começado, a expectativa é de que, até o final de 2008, os imóveis já estejam ocupados.

O perfil dos inscritos em abril de 2007 é formado por músicos, artesãos, atores, *designers*, professores de artes e de história, publicitários, arquitetos, fotógrafos, jornalistas e pessoas que trabalham no centro antigo de João Pessoa. Tudo indica que a possibilidade de morar no cartão postal da cidade de João Pessoa mexeu com o sonho de muita gente que deseja a casa própria, 141 pessoas disputam os 35 apartamentos que serão construídos na Rua João SUassuna no centro antigo da capital pelo Programa Moradouro.

⁹ As informações aqui registradas sobre os projetos arquitetônicos e urbanísticos em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal na área do centro histórico de João Pessoa a partir de 2005 e sobre o Programa Moradouro bem como sobre o Projeto de Requalificação do Antigo Porto de Capim foram fornecidas pela SEMHAB – Secretaria Municipal de Habitação Social e pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento da PMJP- Prefeitura Municipal de João Pessoa em 2007.

Quanto ao Projeto de Requalificação do Antigo Porto do Capim, este corresponde à terceira etapa do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Embora fosse parte das vinte e seis áreas que foram escolhidas como prioritárias dentro do Plano de Intervenções Estratégicas no Centro Histórico, em 1987, foi somente a partir de 2005 que as discussões envolvendo o Porto do Capim tornaram-se mais intensas e amplas no cenário público da cidade.

Razões históricas (ligadas à origem da cidade) e razões ambientais (ligadas à presença na área de um ecossistema protegido por Lei Federal) fazem do Porto do Capim um lugar duplamente importante no contexto da cidade e de enorme significação no contexto do processo de requalificação do centro antigo de João Pessoa.

Entre os objetivos do Projeto estão: a conservação/valorização do patrimônio cultural do lugar; a revitalização da função econômica – comercial e serviços – do centro no contexto da cidade e da função habitacional, assegurando condições de habitabilidade às populações existentes e aquelas que serão atraídas para a área; a transformação do antigo porto em uma importante área de lazer, cultura e diversão para a população da cidade; o resgate do vínculo rio/cidade, com a transformação do rio, do antigo porto e do Varadouro em um núcleo turístico da cidade, voltado para o turismo histórico-cultural e do ecoturismo etc.

A proposta de intervenção abrangerá a restauração e reformas internas de prédios de grande importância histórica (três deles situados às margens do rio Sanhauá, formando o que os técnicos chamam de “Complexo da Antiga Alfândega”, e onde serão instalados o Museu da Cidade – Unidade Colônia; o Centro de Referência da Cultura Popular Paraibana e o Centro de Apoio ao Turista); a construção de um píer (onde as embarcações turísticas atracarão) e de praças de eventos e contemplação; a restauração da Antiga Ponte Sanhauá; a recuperação e revitalização de várias ruas e praças históricas; a restauração do Complexo Fabril da Matarazzo (onde haverá um centro educacional, comércio, centro de reciclagem profissional, atividades de arte e educação, teatro e auditório, praça de eventos etc.); a construção de unidades habitacionais para os moradores da favela Porto do Capim.

A proposta de requalificação do Porto é ampla, atuando em diversas frentes: patrimônio histórico, turismo, ecologia, lazer, comércio, serviços, habitação, atividades culturais, educação, etc. No entanto, os técnicos entrevistados em nossas pesquisas demonstraram que os focos principais são: a reintegração da cidade com o seu nascedouro, o rio, e a inclusão social dos moradores da favela Porto do Capim.

Entretanto, duas décadas após o início das obras de requalificação do centro histórico de João Pessoa, em especial no bairro do Varadouro, a população do Porto do Capim e demais favelas e vilas que margeiam o rio Sanhauá permanece na mesma situação. A requalificação da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves não modificou estruturalmente a realidade desta população.

A partir de 2007, com o Projeto de Requalificação do Porto do Capim e Vale do Sanhauá sendo rediscutido, voltou-se a falar na requalificação da área e da realocação da população que ali vive. Apesar da descrença e da desconfiança que os moradores entrevistados na referida favela demonstraram possuir na concretização do Projeto e, mais ainda, na permanência deles na área após a conclusão das obras, os técnicos responsáveis pelos projetos e representantes do IPHAN-PB garantiram em suas declarações às nossas pesquisas que os moradores não sairão da área, que apenas serão deslocados internamente, permanecendo dentro do próprio Porto do Capim. Para a referida realocação foram adquiridas duas áreas com aproximadamente 2,4 hectares nas proximidades do local onde as mesmas residem atualmente.

Pretende-se, com esta intervenção, promover uma melhoria significativa na qualidade de vida dos moradores da Comunidade do Porto do Capim e adjacências, através de ações infra-estruturais como pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário e construção de habitações adequadas, melhorando a qualidade de vida dos beneficiados, bem como contribuindo com a redução do déficit habitacional do município.

A população beneficiada se encontra hoje dividida em três regiões, denominadas: Comunidade Trapiche (Vila Nassau), Praça XV de Novembro e Vila Frei Vital. A divisão da população beneficiada por comunidade pode ser observada na tabela abaixo.

Região	Nº. de Famílias
Comunidade Trapiche (Vila Nassau)	60
Praça XV de Novembro	143
Vila Frei Vital	94
TOTAL	297

População beneficiada pelo Projeto Porto do Capim (SEM HAB, PMJP, 2007).

De acordo com os técnicos e urbanistas, as famílias cadastradas não terão ônus com o processo de realocação. Durante a construção das unidades habitacionais, os moradores permanecerão em suas casas atuais. Cada família será contemplada com o título de propriedade do novo imóvel.

Nossas pesquisas continuam em andamento, pretendemos assim acompanhar o processo de regularização fundiária da área para a qual serão realocados os moradores do Varadouro, às margens do rio Sanhauá, bem como a construção e transferência da população.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que mudou a imagem do centro histórico de João Pessoa desde a Revitalização da Praça Anthenor Navarro entre 1998-2002. Entretanto, nos últimos dois anos, as atividades de diversão na Praça Anthenor Navarro se tornaram intermitentes. Apesar do avanço lento dos processos de requalificação no Varadouro, da deterioração rápida da paisagem e das edificações pelo abandono e descaso com o patrimônio cultural, inclusive, da parte dos próprios proprietários dos imóveis, há uma continuidade das ações de requalificação e de atração de novas populações, bem como a permanência dos moradores antigos como, no caso, os que ocupam os trechos às margens do Rio Sanhauá. Estes últimos representam parte importante das novas sociabilidades no centro histórico aliadas àquelas geradas nas noites, nos bares, boates e eventos artístico-culturais. Neste sentido, no centro histórico de João Pessoa, com a requalificação de seu patrimônio cultural, passou-se a reinventar a centralidade de um lugar, a lançar *pontes*, que permitissem a continuidade das interações sociais criadas a partir da arte e do consumo cultural.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, P. O. El Pelourinho de Bahia, cuatro décadas después In: *ICOMOS* No. 20, Flacso-Ecuador, Quito, p.45-52, 2004.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, M. A. (org). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2000.

GONDIM, L. M. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo, Annablume, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2001.

PMRJ/SMH. *Novas alternativas. Projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/SMH/PMRJ, 2003.

SASSEN, S. *As Cidades na Econômica Mundial*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOCUGLIA, J. B. C. *Sociabilidades, espaço público e cultura: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa*. Tese de doutorado/Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Cursos de Doutorado/CFCH/UFPE, Recife, 2003.

_____. *Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004a.

_____. *Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia cidadã e ACEHRVO no centro histórico de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004 b.